

Eco-Boletim

Boletim Informativo da Juventude do Partido Ecologista "Os Verdes"



MAIO, 2012

edição semestral

Nº 7

Nesta Edição:

2 Ensino Superior, Hoje e no Futuro, Ensino Elitista acessível só a alguns?

3 Guimarães, Capital Europeia da Cultura

4 Em Tua Defesa!

5 Ecojovem - «Os Verdes» defende o Sobreiro e a Água Pública na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude

6/7 Juventude com Futuro é com a Constituição do Presente

8 Ecojovem - «Os Verdes» em acção pela defesa da Gestão Pública da Água e na promoção da Produção Nacional

9 Ecojovem - «Os Verdes» assinala o Dia Mundial das Zonas Húmidas

10 Ecojovem - «Os Verdes» assinala o Mês da Juventude

11 Ecojovem - «Os Verdes» reúne em Lisboa e participa na Manifestação de Jovens Trabalhadores

XII Convenção do Partido Ecologista "Os Verdes" Da Indignação à Acção Os Verdes Uma Força de Esperança, de Mudança.

A 12ª Convenção do Partido Ecologista "Os Verdes" realiza-se nos próximos dias 18 e 19 de Maio, no Auditório do ISEG, em Lisboa, sob o lema "Da Indignação à Acção. «Os Verdes» uma Força de Esperança, uma Força de Mudança."

Vivemos actualmente numa situação de graves ataques aos direitos, de destruição do nosso presente e do nosso futuro, resultado das políticas erradas promovidas pelos partidos que têm estado no governo – PS, PSD e CDS-PP.

Temos hoje a maior taxa de desemprego entre os jovens, a precariedade não pára de aumentar, milhares de jovens são empurrados para a emigração, o acesso à educação é negado a tantos outros milhares, os serviços públicos são destruídos, impedindo que tenhamos acesso à saúde, aos transportes. Assistimos a sucessivos ataques ao direito à habitação, fazendo com que a emancipação juvenil seja cada vez mais dificultada, o acesso à cultura e ao desporto é cada mais difícil e há limitações ao associativismo juvenil. O direito ao ambiente e à qualidade de vida é completamente esquecido.

Este caminho tem conduzido a juventude portuguesa à pobreza, à instabilidade, à dificuldade em realizar os seus sonhos e aspirações e em organizar a sua vida.

Perante esta ofensiva, e porque estes ataques contrariam tudo o que defendemos,

temos que reforçar a acção de «Os Verdes» e da Ecojovem, e sermos participantes activos na construção de um mundo melhor. Porque não nos resignamos e não nos conformamos com estas políticas!

Os jovens ecologistas estão fortemente empenhados em mudar este caminho, fazendo da Convenção do PEV um grande e importante momento de reflexão, de participação e de acção em defesa dos direitos da juventude e de fortalecimento do nosso projecto, contribuindo para esta mudança necessária e para transformar a indignação em acção, sendo estes os grandes objectivos da 12ª Convenção do Partido Ecologista "Os Verdes".





Ecolojovem – «Os Verdes» questiona: Ensino Superior, Hoje e no Futuro, Ensino Elitista acessível só a alguns?

A Juventude Portuguesa enfrenta hoje inúmeras ofensivas aos seus direitos. Os estudantes sofrem diariamente ataques que resultam das actuais e erradas políticas de educação perpetuadas pelo Governo de maioria PSD/CDS-PP, de elitização e de degradação do ensino, quando este deveria ser, tal como definido na Constituição da República Portuguesa, público, gratuito, de qualidade, democrático e acessível a todos. Infelizmente, as medidas de ataque são demasiadas e excessivas, senão vejamos...

Com o anterior Governo surge o chamado “crédito pessoal” para os estudantes universitários, sem garantia pessoal ou patrimonial e com taxas mais baixas para alunos com melhores notas, que poderia atingir um valor máximo de 25000 €, sob o falso pretexto de criar mais condições de justiça social e igualdade de oportunidades. Esta medida veio encapotadamente tentar substituir as bolsas e a acção social escolar, e representou nada mais, nada menos, de que uma financiarização do acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, da vida dos próprios estudantes. Esta foi, claramente, uma medida falhada. Por um lado, porque o valor de mensalidade do empréstimo (416,67€) teria forçosamente de ser apenas uma parte do rendimento disponível do estudante, já que este valor nunca daria para suportar propinas, gastos escolares, transportes ou alojamento, e por outro lado, porque esta medida de financiamento pressupunha no final que o recém-licenciado, teria emprego. Nada disto se veio a verificar para milhares de estudantes que se deparam com precoces endividamentos à banca.

Em Fevereiro deste ano, os cortes na atribuição das bolsas do superior vieram afectar mais de 40 mil estudantes, que devido às sucessivas alterações dos critérios de atribuição viram estas serem-lhes recusadas, sendo que o balanço final aponta para menos 15 mil alunos no ensino superior com apoio do Estado. Quando comparamos estes valores com o ano lectivo de 2009/2010, há menos 25 mil alunos sem este apoio. No presente ano lectivo, a taxa de indeferimento dos processos de atribuição aumentou para 45% e veio afectar principalmente

os alunos do 1º ano. Este valor de 45% é variável, pois há instituições cujo valor pode ser muito superior. Estes injustos critérios de atribuição das bolsas, representam mais uma medida que demonstra o grave desinvestimento a que este Governo condenou o Ensino, e que tem conseqüências desastrosas pois levaram à exclusão de milhares de estudantes no acesso, e em muitos outros casos conduziram mesmo ao abandono do Ensino Superior.

Outro exemplo das políticas erradas que este Governo tem vindo a seguir ao nível do Ensino tem que ver com a questão dos transportes, e conseqüentemente com o direito à mobilidade dos jovens. Igualmente em Fevereiro deste ano, o Governo acaba com o desconto de 50% nos passes para os estudantes até aos 23 anos, ficando estes apenas com uma redução de 25%. Este é mais um ataque concertado a um direito adquirido, desta feita ao passe escolar. Esta medida, perpetuada de mão dada com o constante aumento do preço dos transportes públicos, é mais uma ofensiva ao acesso ao ensino e ao direito à mobilidade.

E finalmente, a mais recente medida proposta pelos reitores da grande maioria das universidades do país, o aumento das propinas para aplicar num fundo de apoio social para alunos mais carenciados, medida que ainda não está aprovada, pois terão de ser os conselhos gerais de cada universidade a decidir. Ora, a ser eventualmente aceite, e aplicada como todas as outras, bate aqui o ponto e a clara afirmação de que nos deparamos com uma total subversão das funções do Estado, pois é a ele que cabe assegurar o financiamento das instituições de ensino públicas, reforçar a acção social escolar, assegurar o acesso ao passe escolar, enfim, tal como iniciámos este texto, assegurar o acesso a uma escola pública e acessível a todos, de igual forma, e não promover esta pura elitização do Ensino, que temos vindo a assistir, quando este é um direito consagrado.

A Ecolojovem – «Os Verdes» não aceita este abandono social do Estado, no que ao Ensino diz respeito, não aceitamos o abandono de estudantes por falta de condições económicas, e recusamos aceitar passivamente estas medidas e este retrocesso social.

Para a Ecolojovem – «Os Verdes» a emigração não é solução para os problemas que a Juventude enfrenta. Queremos lutar no nosso país contra estas ofensivas à escola pública, para que todos os jovens tenham direito aos valores que a Constituição de Abril consagrou.

Queremos e temos direito a um futuro digno e justo.

Guimarães

Capital Europeia da Cultura

Guimarães é em 2012 o centro da Cultura.

Depois de em 2001 ter-lhe sido atribuído o título de Património Mundial, eis que em 2012 apresenta-se como Capital Europeia da Cultura.

Na verdade, os progressos foram e continuam a ser imensos, tanto a nível material como cultural. Alguns espaços públicos foram melhorados (Toural, Rua S. António, etc.) e nasceram espaços diferentes (CAAA, Instituto de Design, Plataforma das Artes, etc.) para a concretização dos mais de 600 espectáculos.

A cidade que já acolhia muitos turistas vê-se agora de dia para dia a receber mais visitantes (prevêem-se cerca de 1,5 milhões de visitantes) que procuram os programas culturais e se deixam também encantar pelos diferentes monumentos ou pelas ruas estreitas cheias de História.

Guimarães é pois uma cidade jovem – quase 50% da população tem menos de 30 anos - e como tal deu a oportunidade para que estes pudessem apresentar os seus projectos para 2012. Alguns ficaram sem resposta, visto que, a cidade tem um número elevado de associações espalhadas pelas 69 freguesias. No entanto, o seu contributo passa pelo voluntariado em exposições, em espectáculos de rua nas diferentes actividades.

Contudo, aqui e ali podemos ouvir os desabafo de jovens criativos que não conseguiram alcançar um lugar na calendarização da Capital Europeia da Cultura. Muito ainda está por acontecer, muitos são os jovens que não baixam os braços e continuam a fazer parte deste grande evento para a sua cidade.

Os projectos vão sendo criados “à parte” da grande estrutura e as associações ou apenas grupos de pessoas vão dando asas à sua imaginação, arregaçam as mangas e os projectos ganham vida. O slogan é “Tu fazes parte”, logo, por toda a parte projectos, apoiados ou não, surgem pela cidade envolvendo-a de criatividade.

No dia 21 de Janeiro de 2012 a cidade encheu-se de gente - o espectáculo de rua dos “La Fura dels Baus” e os dj’s que transformaram a Praça Santiago e a Praça da Oliveira em discotecas ao ar livre – é desta forma, que constatamos que este será mais um grande evento de sucesso na cidade de Guimarães, porque os vimaranenses têm orgulho de o ser e participarão em massa neste que é um ano que se pretende de muita produção cultural, e do qual se espera que perdure no tempo.

No entanto, a nível de políticas nacionais, não podemos deixar de notar o facto de nesta altura já não termos um Ministério dedicado à cultura. Desta forma, não deixa também de ser irónico que os teatros universitários não estejam debaixo da tutela do Ministério do Ensino Superior, tal como, a Educação Visual e Tecnológica ou a Educação Física se encontram na tutela do Ministério da Educação.

A Ecolojovem - «Os Verdes» considera que desta forma corremos o risco de estarmos a assistir a uma política de “fogo de vista” sem dar espaço para a germinação de novas ideias que se traduzam numa visão mais estruturada do que é a cultura enquanto mecanismo de progresso humano e social e defendemos a existência de mais apoios à produção e fruição culturais, que contribuem para fomentar o processo criativo e cultural da nossa juventude.



Em Tua defesa!



O rio Tua é um rio transmontano que resulta da junção dos rios Tuela e Rabacal junto da cidade de Mirandela e percorre o território da denominada Terra Quente até chegar por entre um enorme vale ao rio Douro.

É um rio. Apenas um rio. Apenas...

Apenas único, apenas inserido num vale singular, que se faz acompanhar por uma linha férrea que demonstra de forma explícita esse tão citado engenho e arte do ofício português. Um rio que alimenta todo um território produtor dos melhores vinhos reconhecidamente ingeridos por quem nunca lhe pôs a vista em cima, mas que também nos dá um bom proveito do azeite, do mel, da amêndoa, do figo, da laranja, ou do que mais o homem saiba bem trabalhar.

Um rio apenas único como todos os rios o devem ser, inserido na bacia hidrográfica do rio Douro e parte integrante da região vinhateira do Alto Douro, classificada desde 2001 pela UNESCO como Património da Humanidade.

É neste rio, neste vale que está, neste momento, a decorrer um crime de lesa-pátria.

Um erro que a permitir-se a sua continuidade a história procederá à sua classificação, com a ironia da incapacidade humana de refletir sobre a sua própria estupidez.

...E a barragem aí projetada e em início de construção é apenas uma barragem.

Apenas uma barragem que pretende produzir uma ínfima parte da energia elétrica alegadamente usada pelo país. Alegadamente, segundo estudos oficiais, energia elétrica que não seria necessária explorar se houvesse um plano nacional de poupança da energia, ou se houvesse um plano de eficiência de armazenamento e transporte da energia elétrica.

Apenas uma barragem igual a tantas outras barragens, que a ser concluída irá criar uma albufeira igual a tantas outras albufeiras, dizimando a natureza e engolindo a beleza de um vale classificado que honra e prestigia esta região no mundo.

Apenas uma barragem cuja construção foi aprovada em Assembleia da República dentro de um pacote denominado «Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico», com o argumento simplista de que qualquer barragem é sinónimo de progresso, independentemente dos seus custos, sejam eles ambientais, sociais, culturais ou humanos. Vivemos num paradigma em que construção, de preferência à base de cimento e betão, é quase sinónimo de melhor qualidade de vida; um paradigma radicalmente perigoso e falacioso que põe em causa a própria sustentabilidade da humanidade no planeta.

A Ecojovem sendo uma organização de jovens ecologistas, não é obviamente contra a intervenção do homem na natureza, nem é de forma ingénuo contra a construção de aproveitamentos hidroelétricos, ou barragens, mas por isso mesmo importa saber pesar cada uma das consequências individualmente aquando a tomada de uma decisão, e para isso é necessário conhecer, pensar, refletir, e acima de tudo informar e envolver a sociedade no processo de decisão e em especial a população diretamente afetada.

Algo que tem vindo a falhar na nossa democracia, porque a democracia é e tem que ser cada vez mais um ato contínuo que não se esgote na altura do voto e respetiva eleição dos representantes da nação portuguesa. E para que os nossos representantes não se tornem nossos substitutos no processo democrático é necessário, e neste momento até urgente, intervir, agir e se necessário for reivindicar de forma atenta por justiça na tomada de decisões que moldam não só as nossas vidas, mas também outras formas de vida da Terra.

É neste contexto que a Ecojovem tem participado de forma ativa nas questões do país. Uma juventude combativa que não se resigna com os grandes poderes, essencialmente económicos, que procuram abafar a democracia portuguesa e que inclusive controlam os canais de comunicação que supostamente informam, mas que na realidade muitas vezes apenas despejam ideias pagas, como se de publicidade se tratasse, iludindo os desatentos, distraindo os curiosos, e conformando os cansados.

E no entanto... neste momento desferem-se golpes na Tua consciência. Neste momento desferem-se golpes também no nosso Tua: Dia e noite, que o capital não gosta de esperar; por muitas dores e algumas mortes que isso provoque a quem trabalha, o dinheiro é quem exerce o poder. Um poder que pretende ultrapassar todas as dúvidas e interrogações à volta deste projeto desde sempre muito pouco consensual, e desde sempre imperfeito. Um poder que pretende ultrapassar a vontade de um rio de vontades que se têm juntado à volta desta causa tão visivelmente compreensível e da qual os jovens da Ecojovem fazem parte.

É aqui que a Ecojovem está. Em defesa da genuinidade da vida e dos valores de justiça.

Não lutes mais com a Tua consciência. Luta com a Ecojovem!
Sê parte da mudança e participa connosco também.





**Conselho
Nacional
Juventude**

Ecolojovem «Os Verdes»

marca
presença nas
Assembleias Gerais do
Conselho
Nacional
de Juventude

No presente ano, o CNJ já realizou duas Assembleias Gerais. A primeira realizou-se na Associação Académica de Lisboa, a 15 de Janeiro, e a segunda, teve lugar no Museu Dom Diogo de Sousa, em Braga. A Ecolojovem marcou presença em ambas e apresentou, em Lisboa, uma Saudação: *“Pela classificação do Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal”* e uma Moção: *“Em Defesa da Água Pública”*, em Braga.

Saudação

“Pela classificação do Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal”

“...nenhuma árvore dá mais exigindo tão pouco...” in Prof. Vieira Natividade, Subericultura (1950)

O Sobreiro (*Quercus suber*) é uma árvore mediterrânica que se estende a todo o território continental e ocupa, em Portugal, cerca de 737 000 ha, o que corresponde a cerca de 32% da área que esta espécie ocupa em todo o Mediterrâneo Ocidental.

Os montados constituem um exemplo claro de como um sistema agro-silvo-pastoril tradicional pode ser sustentável, preservando os solos e dando vida ao mundo rural, contribuindo, dessa forma, para combater a desertificação e consequente desordenamento do nosso território. Os montados são uma mais-valia para as populações locais, mas assumem também um papel importante para a economia nacional.

Considerando que Portugal produz cerca de 200 000 toneladas de cortiça por ano, o que representa mais de metade da produção mundial, o que o torna o maior produtor mundial de cortiça; e que a cortiça constitui, aliás, o único sector onde o nosso País mantém uma posição de liderança a nível internacional, tanto na produção como na transformação e na comercialização.

Considerando, ainda, a enorme biodiversidade associada aos habitats dominados pelo sobreiro, que incluem espécies que se encontram verdadeiramente ameaçadas de extinção e com elevado estatuto de conservação, como por exemplo o lince ibérico, o montado de sobreiro é considerado habitat prioritário tanto a nível nacional como a nível internacional.

O Conselho Nacional de Juventude – CNJ – reunido em Assembleia Geral, saúda a instituição do Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal, como forma de valorizar a importância deste verdadeiro património, que constitui um ecossistema único no mundo.

Saudação aprovada por maioria na AG de 15 de Janeiro de 2012

Moção

“Em Defesa da Água Pública”

A água é um elemento natural essencial à vida no planeta, tal como a conhecemos. É um recurso estratégico que presta um serviço essencial para a preservação do equilíbrio dos ecossistemas, a preservação da saúde, para o desenvolvimento e a vida das pessoas.

A Água é um bem escasso que deve ser preservado e a que todos devem ter direito, tal como reconhecido pelas Nações Unidas, sendo um direito humano fundamental, que faz parte do direito à vida.

A Água é um bem comum, não uma mercadoria, por isso, a sua exploração e gestão não podem estar sujeitas à lógica económica dos mercados. A devastação deste recurso e o processo de privatização em curso é uma grave ameaça ao acesso de todos à água, pois o acesso à água em qualidade e em quantidade, a um preço justo, é um direito fundamental dos cidadãos.

O Conselho Nacional de Juventude – CNJ – encara com muita preocupação as ameaças ao acesso de todos à Água, manifestando-se contra a privatização deste bem essencial e afirma a necessidade urgente de fazer cumprir o acesso à Água como um Direito.

Moção aprovada por maioria na AG de 25 de Fevereiro de 2012



Ecolojovem - «Os Verdes»

defende a Constituição da República Portuguesa

A Ecolojovem - «Os Verdes», sendo um projecto ecologista de transformação da sociedade que luta pela justiça social e a valorização e preservação do ambiente, porque consideramos que só através destes valores e princípios teremos uma sociedade verdadeiramente desenvolvida, nas suas vertentes social, ambiental e económica, entendeu, desde o início que era da maior importância constituir-se esta Plataforma e obviamente fazer parte dela. Porque é fundamental defendermos os nossos Direitos e exigir que sejam cumpridos, para que possamos ter uma vida melhor!

E é no respeito e no cumprimento da Constituição que estão as soluções para os problemas, os anseios e os direitos da juventude.

Para a Ecolojovem é inconcebível falar-se e pensar-se numa lógica de desenvolvimento sustentável sem estar presente a justiça social, ou seja, não há desenvolvimento sustentável se não estiver assegurada a justiça social. E isto passa pelo direito ao acesso ao ensino, ao trabalho, à habitação, à cultura, ao desporto, ao lazer e também pelo direito ao ambiente e à qualidade de vida.

E como é que se consegue isto? Através do cumprimento e da concretização efectiva dos direitos consagrados na Constituição.

Como sabemos, os jovens gozam de protecção especial na concretização destes direitos, porque além de estarem inscritos na constituição, temos inclusivamente um artigo, o artigo 70, direccionado para a juventude.

O problema é que olhamos para a Constituição e olhamos à nossa volta e alguma coisa está mal, está muito mal. Ao longo dos últimos anos a situação dos jovens portugueses tem-se vindo a agravar, senão vejamos, 35,4 % dos jovens até aos 25 anos estão desempregados. Milhares são precários e outros tantos milhares, por não terem alternativas, são empurrados para a emigração.

Os custos do ensino fazem com que este direito seja negado a outros tantos, e aqui podemos dar o exemplo da habitação, da cultura, do desporto, dos transportes, e muitos outros.

Isto é claramente um ataque e um desrespeito à Constituição.

Também a nível do ambiente, que para a Ecolojovem é um pilar fundamental, a Constituição da República Portuguesa considera os princípios e valores ambientais fundamentais para toda a sociedade, através do art. 66º.

O Direito ao Ambiente e à Qualidade de Vida é um direito fundamental, sendo a sua defesa uma das tarefas fundamentais do Estado, pois cada cidadão tem o direito a que o Estado defenda o ambiente, enquanto direito social. Logo, é fácil de ver que qualquer acção ou omissão que se traduza no seu incumprimento será inconstitucional.

Temos assistido a uma crescente degradação dos padrões ambientais e da qualidade de vida, contrariando o que está consagrado na CRP.

Por isso, e no entendimento da Ecolojovem, não podemos permitir que esta situação continue e devemos exigir que o Estado cumpra o seu papel de promotor de padrões ambientais sustentáveis, porque só assim se conseguirá que as gerações actuais e as gerações futuras tenham uma qualidade de vida mais sustentável.

Acreditamos que é possível uma sociedade melhor, mais justa e digna.

E é isso que os jovens têm demonstrado, por um lado, um grande descontentamento com estas políticas, mas por outro lado, uma grande capacidade e vontade para combater estas mesmas políticas.

É por tudo isto que temos que participar activamente na construção de um presente e de um futuro melhores.

Temos o direito de querer isto e de lutar por isso, e os Jovens Portugueses podem sempre contar com a luta da Ecolojovem - «Os Verdes» para que os seus direitos, consagrados pela Constituição da República Portuguesa, sejam cumpridos.

“Juventude com Futuro é com a Constituição do Presente”

Iniciativa de apresentação de apoiantes da Plataforma 35º Aniversário CRP

A Plataforma 35º aniversário CRP: "Juventude com Futuro, Constituição do Presente!" organizou no dia 11 de Fevereiro uma iniciativa de apresentação dos jovens apoiantes da Plataforma. Esta iniciativa teve lugar no bar da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, e representou um momento de convívio e música, com a reafirmação da necessidade de defesa da nossa Constituição e dos direitos nela consagrados.

A Ecolojovem - «Os Verdes» como organização membro desta plataforma, marcou presença nesta iniciativa.

Encontro “Juventude com Futuro é com a Constituição do Presente”

No dia de 3 de Março, realizou-se no Fórum Cultural do Seixal o Encontro “Juventude com Futuro é com a Constituição do Presente”. A Ecolojovem participou neste encontro juntamente com os cerca de 70 participantes de 18 organizações/associações que estiveram presentes, e que aprovaram por unanimidade o apelo do encontro à juventude portuguesa, que aqui passamos a transcrever em parte.



Apelo à Juventude

A Juventude tem direito ao presente e está em condições, tem forças, conhecimento e criatividade para participar na construção de um país que tem futuro.

Reafirmamos que é na Constituição do presente, exercendo-a, cumprindo-a e respeitando-a, que estão as soluções fundamentais que dão resposta aos problemas, anseios e direitos da juventude. Reafirmamos a nossa vontade de defender e exigir que se cumpra a Constituição da República Portuguesa.

Para nós a única inevitabilidade (da qual não abdicamos) é a do direito ao acesso ao ensino, formação profissional e à cultura; acesso ao primeiro emprego, trabalho e segurança social; acesso à habitação, à educação física e ao desporto; acesso e aproveitamento dos tempos livres; direitos conquistados pelo povo e a juventude, inscritos na Constituição da República Portuguesa, particularmente no seu artigo 70 em que se consagra a protecção especial aos jovens na concretização destes direitos.

Mas que protecção especial é esta que nos é dada em Portugal onde mais de 35% dos jovens até aos 25 anos estão desempregados, milhares trabalham na extrema precariedade, com falsos recibos verdes e contratos a prazo; onde milhares de jovens são empurrados para a emigração?; onde o acesso à Educação é negado a milhares por via dos elevados custos de frequência, pela privatização da Escola Pública?; que protecção especial é esta onde a destruição de serviços públicos essenciais, impede que muitos jovens tenham acesso à saúde, ao planeamento familiar?; onde vigoram a desregulamentação do horário de trabalho, baixos salários e o brutal aumento do custo de vida?; onde sucessivos cortes e ataques ao direito à habitação fazem da emancipação juvenil, particularmente para os jovens casais, um horizonte cada vez mais longínquo?; onde o acesso à cultura, ao desporto e à criação artística é, cada vez mais, privilégio daqueles que podem pagar por isso?; que protecção especial é esta onde todos os dias crescem limitações e estrangulamentos ao associativismo juvenil?; que protecção especial é esta onde sucessivos governos, em profundo desrespeito pela Constituição da República, condenaram as novas gerações à pobreza, à instabilidade, à extrema dificuldade em se autonomizarem e à infelicidade?

Rejeitamos este caminho, pois acreditamos que é possível uma sociedade onde a dignidade do ser humano seja um valor supremo, e como tal, os direitos sejam integralmente respeitados.

Temos as forças, o conhecimento, a criatividade e a determinação para fazer valer a aplicação da Constituição da República.

Temos esta convicção e devemos-la a todos aqueles que com a sua luta, coragem e vontade tanto lutaram pela democracia e para que a lei fundamental do país nos abrisse um rumo de direitos políticos, sociais, económicos e culturais, um rumo de uma vida digna e feliz. Continuar esta luta e reforçá-la é tarefa essencial para as organizações que se guiam por princípios democráticos e pretendem ser participantes activas na construção de um futuro melhor para os jovens. Temos o direito de resistir à destruição do nosso país, à entrega dos recursos que são de todos para as mãos de uma minoria, que mais não visa do que obter lucros daquilo que são importantes bens e serviços públicos e que devem estar ao serviço do bem

comum (água, luz, transportes, etc.). Não nos resignamos, nem nos conformamos! Rejeitamos que o nosso futuro seja emigrar e deixar para trás o nosso país! Rejeitamos as políticas de destruição do associativismo juvenil, espaço privilegiado de intervenção social. Temos o direito a viver num país onde sejam efectivamente salvaguardados os direitos definidos na Constituição Portuguesa a quem estuda, trabalha, participa numa associação, pratica desporto ou produz cultura, num país de paz e cooperação com os outros povos, num país com qualidade de vida, progresso, justiça social e um desenvolvimento integrado e sustentável! (...)

Somos a geração do presente, queremos participar na construção do nosso futuro e do futuro do país.

Apelamos aos jovens para que, através destas e outras formas de intervenção e participação no movimento associativo juvenil, se possam unir e contribuir verdadeiramente para a construção da mudança. Só em conjunto e através de acções transformadoras poderemos reforçar a nossa Constituição!

Apelo aprovado por unanimidade no Encontro Nacional de Juventude, Seixal, 3 de Março de 2012.

Consultar esta e outras iniciativas da Plataforma em: <http://www.35anoscrp.wordpress.com>

e no Facebook: <https://www.facebook.com/35anoscrp>



Ecolojovem - «Os Verdes» defende a gestão pública da Água

No passado dia 26 de Março realizou-se, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, uma cerimónia promovida pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada [SMAS], para apresentação pública das novas entidades aderentes à campanha 'Beba Água da Torneira', edição 2012 - entre as quais entidades locais da educação e formação, da cultura, do desporto, da saúde e solidariedade social, dos transportes, do comércio e serviços e de outras áreas.

Neste encontro procedeu-se à entrega e assinatura simbólicas de protocolos de adesão à campanha, bem como à apresentação de dados e boas práticas sobre a captação, tratamento e monitorização da água para consumo humano por todo o concelho de Almada (com 100% de rede pública de distribuição) e, igualmente, do tratamento das águas residuais.

A realidade nacional é que, no presente, temos uma perigosidade quase nula da água de abastecimento público - algo que há vinte anos atrás, rondava os 50%. Aliás, 98% é o valor de referência de qualidade da água da rede pública nacional e, assim, temos um dos melhores valores europeus.

Ao encerrar este evento, o Presidente dos SMAS, o Vereador José Gonçalves, reiterou a defesa da importância de resposta às necessidades das populações, no acesso à água e ao saneamento públicos e acentuou tal só ser possível através da gestão pública e municipal deste recurso proclamado pela ONU como um Direito Humano Fundamental. Acrescentou que a Organização Mundial de Saúde tem, igualmente, como preocupação central a falta de acesso de água de qualidade que persiste e atinge ainda mais de 1,2 milhões de pessoas em todo o Mundo.

A Ecolojovem - «Os Verdes» tem estado solidária com acções deste género, defendendo a água como um bem essencial à vida e a sua gestão pública, além de promover iniciativas com esse objectivo.

Mas a política que tem vindo a ser desenvolvida pelos sucessivos governos caminha no sentido de privatizar o sector da Água, algo a que a Ecolojovem é claramente contra, pois este é um sector estratégico e não um bem qualquer, que possa ser tratado como uma mercadoria, sujeito às regras nem sempre claras de mercado.

A Ecolojovem - «Os Verdes» continuará atenta e interventiva em relação aos diversos problemas que afectam o recurso água, como a poluição, a gestão e as sucessivas tentativas de privatização.

Ecolojovem - «Os Verdes» esteve com a Campanha "À Mesa com Produção Portuguesa" em várias universidades do país

Produzir e Consumir Local, defendendo a nossa soberania alimentar, foram desde sempre questões presentes na agenda do Partido Ecologista "Os Verdes" e da Ecolojovem. Portugal tem actualmente um défice alimentar de 80%, fruto de sucessivos governos PS, PSD e CDS, que sempre se pautaram por um desrespeito em relação à nossa agricultura e pesca, condenando hoje o país a uma dependência catastrófica do exterior, com perda total da nossa soberania, e conseqüente perda de crescimento económico. Sob o lema Produzir e Consumir Local, como premissa para o desenvolvimento sustentável e económico do nosso país, a campanha do PEV "À Mesa com a Produção Portuguesa" - Semeie esta Ideia, Cultive o País, Colha Soberania -, arrancou no Mercado da Ribeira a 19 de Outubro e, ao longo de 5 meses, percorreu grande parte dos concelhos dos 18 distritos do país, e também as regiões autónomas, tendo a sua primeira fase terminado no passado dia 25 de Março, na Madeira.

Activistas do Partido Ecologista "Os Verdes" e da Ecolojovem, que muitas vezes contaram com a presença dos deputados à AR e também com os eleitos locais, promoveram visitas a feiras e mercados, contactaram com produtores e consumidores, apelaram nas grandes superfícies ao consumo dos produtos nacionais, reuniram com produtores, cooperativas e organizações de produtores, auscultando problemas, promoveram tertúlias e debates, entre outras acções.

A Ecolojovem esteve sempre presente ao longo desta campanha contactando jovens de todo o país, nas universidades, apelando por parte da juventude portuguesa ao consumo de produtos locais e portugueses.

Outubro 2011

Novembro 2011

Março 2012



Universidade de Lisboa



Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Lisboa



Cantinas da Universidade de Coimbra



Instituto Politécnico de Beja



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa



Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa



Universidade de Lisboa



Universidade Portucalense

Dia Mundial das Zonas Húmidas em 2012 sob o tema "Zonas Húmidas e Turismo"

No dia 2 de Fevereiro de 1971, foi assinado na cidade iraniana de Ramsar um tratado inter-governamental sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, conhecido por Convenção de Ramsar, tendo sido instituído aquele dia como o Dia Mundial das Zonas Húmidas para sensibilizar as populações para as funções e valores das zonas húmidas, em particular daquelas que estão inscritas na Lista Internacional de Zonas Húmidas como Sítios Ramsar. A Convenção de Ramsar, entrou em vigor em 1975 e conta actualmente com 160 países de todos os continentes, incluindo Portugal.

É o primeiro tratado global sobre Conservação da Natureza, que faculta um quadro de intervenção nacional e cooperação internacional conducente à conservação e ao uso sustentável das zonas húmidas e dos seus recursos, abordando apenas um ecossistema em particular, as zonas húmidas, com uma definição ampla da respectiva tipologia, que inclui lagos e rios, pauis e sapais, lameiros e turfeiras, oásis, estuários, deltas e zonas intertidais, áreas marinhas costeiras, mangais e recifes de coral e sítios de intervenção antropogénica como lagoas para aquicultura, arrozais, albufeiras e salinas.

Em 2012, as celebrações do Dia Mundial das Zonas Húmidas é sob o tema "Zonas Húmidas e Turismo", explorando a sua estreita relação e procurando alertar todos para a importância de um Turismo Sustentável nas Zonas Húmidas que trará muitos benefícios não só às zonas húmidas, à sua fauna e flora, mas também às comunidades humanas que vivem na sua envolvente, contribuindo para fortalecer as suas economias.

Portugal possui 28 zonas húmidas (17 no continente e 11 nos Açores) na Lista de Sítios Ramsar, correspondendo a mais de 31 mil hectares de território nacional, tendo sido inventariadas cerca de 60 zonas húmidas.

As zonas húmidas em Portugal são ecossistemas muito ricos e produtivos em termos de biodiversidade, possuindo grandes concentrações de aves aquáticas, mamíferos, reptéis, anfíbios, peixes e invertebrados. Estes ecossistemas possuem uma importância vital para a humanidade por desempenharem funções essenciais, tais como regulação do ciclo da água; retenção de sedimentos e nutrientes; mitigação das alterações climáticas; mitigação das inundações e da erosão dos solos; locais de abrigo, alimentação, reprodução, crescimento de aves migradoras, peixes e anfíbios.

Contudo são ecossistemas bastante sensíveis, encontrando-se gravemente ameaçadas em todo o mundo pela poluição, urbanização, industrialização, circulação de elevado tráfego portuário, diminuição da sedimentação ou assoreamento, proliferação de espécies invasoras, intensificação da agricultura, piscicultura, pesca e caça ilegal.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um desinvestimento na Conservação da Natureza nos vários Orçamentos de Estado e à ausência de planos de ordenamento e de gestão para as zonas húmidas com vista à sua utilização sustentável, que permita uma real gestão e conservação das zonas húmidas em Portugal.

A Ecolojovem - «Os Verdes» considera ser fundamental que haja uma aposta séria

na salvaguarda do ambiente e da integridade ecológica das zonas húmidas, por isso defende que é urgente a realização dos planos de ordenamento e de gestão para estas zonas, tal como previsto na Convenção de Ramsar, através da contínua articulação entre as diversas entidades, locais e nacionais, com responsabilidades na sua gestão. A juventude ecologista considera ainda que a defesa e protecção destas zonas passa também pelo envolvimento de cada um, por exemplo denunciando as situações de poluição, alertando e formando consciências, de acordo com o nosso princípio "Pensar Global e Agir Local".





Este ano, no dia 24 de Março, comemorou-se o 50º aniversário do Dia do Estudante e, tal como em 1962, também hoje a luta dos jovens estudantes portugueses é de extrema importância.

É nossa obrigação recordar o que foi o movimento estudantil da década de 60, que sob uma ditadura fascista quis acabar com a Guerra Colonial e com o Regime vigente, na procura de um Portugal democrático e livre. Durante as primeiras manifestações foram centenas os jovens estudantes presos e agredidos mas, conscientes que aquele era o caminho, não desistiram de lutar. No primeiro Encontro de Associações de Estudantes aprovou-se o dia 24 de Março como o Dia do Estudante, um dia de luta nacional e de comemoração. Desde então, todos os anos, saem à rua milhares de estudantes reivindicando os seus direitos, nomeadamente o direito a um ensino público, gratuito e de qualidade.

Este ano, os estudantes manifestaram-se contra os cortes sucessivos na Acção Social Escolar e os aumentos constantes das propinas, denunciando que tais situações levam, diariamente e em média, a uma centena de jovens a abandonarem os seus estudos, sendo que os últimos números indicam que cerca de 3 mil alunos a nível nacional, já desistiram do ensino superior por dificuldades económicas.

Também os descontos atribuídos aos passes dos estudantes foram cortados, tanto no 4-18, destinado aos alunos do ensino básico e secundário, como no sub-23, destinado aos estudantes do ensino superior, o que levou várias associações de estudantes a promoverem acções por todo o país, recolhendo milhares de assinaturas contra o fim do passe escolar.

A Ecojovem - «Os Verdes» considera que, no actual contexto de crise, os passes escolares são um apoio social e defende que devem ser alargados, pois só assim se garante aos jovens o direito à mobilidade. Também em Março, assinalou-se o Dia Nacional da Juventude, onde os jovens saíram à rua, manifestando o seu descontentamento com as políticas que os sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm promovido. Foram muitos os que, exigindo um novo rumo para as suas vidas, pretendem ver as suas aspirações a um emprego digno e com direitos concretizadas, por isso lutam todos os dias e enfrentam as dificuldades do desemprego e da precariedade.

A Ecojovem - «Os Verdes» está convicta que são os jovens, através da sua inteligência, combatividade e criatividade, a força de mudança necessária para construir um país mais justo a nível social, económico e ambiental. Está na juventude a capacidade de defender os valores e direitos alcançados com o 25 de Abril e substituir estas políticas que maltratam a maioria dos portugueses.



MARÇO DE 2012: MÊS DE LUTA MÊS DA JUVENTUDE



Ecolojovem «Os Verdes» reúne em Lisboa

No passado dia 31 de Março, a Ecolojovem reuniu em Lisboa, com o objectivo de preparar a XII Convenção do Partido Ecologista «Os Verdes» e debater várias questões, nomeadamente a situação grave de desemprego que afecta actualmente os jovens portugueses. Neste encontro, começámos também a preparar o Acampamento deste ano, que será no distrito de Braga, de 22 a 26 de Agosto.



Ecolojovem - «Os Verdes» presente na Manifestação de Jovens Trabalhadores, organizada pela Interjovem CGTP-IN

A Ecolojovem participou na manifestação de jovens trabalhadores, que teve lugar em Lisboa, no passado 31 de Março. Foi notória a larga adesão dos jovens que demonstraram o seu descontentamento perante as medidas que estão a ser impostas pelo governo de maioria PSD-CDS/PP, que em nada contribuem para criar condições dignas para que a juventude portuguesa alcance os direitos consagrados pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o direito ao emprego, à habitação, cultura, saúde, educação e qualidade de vida. Nesta manifestação foi aprovada e aclamada uma moção, que a Ecolojovem subscreveu, e que aqui se transcreve.

Moção

Numa altura em que o desemprego aumenta brutalmente, atingindo mais de 15% da população, são cerca de meio milhão os jovens até aos 35 anos que estão desempregados, representando assim 59% do total dos trabalhadores que se encontram nesta difícil situação. Esta preocupante e crescente quantidade de desemprego em Portugal, fruto das políticas de direita deste Governo PSD-CDS/PP, está a conduzir o país a uma evidente desgraça. Ao mesmo tempo que promovem o desemprego, cortam na protecção social aos desempregados, retirando assim os rendimentos aos trabalhadores, deixando-os na miséria e a passar necessidades.

Não é só o desemprego que aflige os jovens trabalhadores, os salários são baixos. Hoje em dia, os cerca de 400 mil trabalhadores que ganham o Salário Mínimo Nacional, na sua maioria jovens e mulheres, vivem com rendimentos abaixo do limiar da pobreza, sendo que com os devidos descontos, quem ganha o SMN leva para casa 432 euros e o valor do limiar da pobreza em Portugal é 434 euros.

A somar a isto temos o emprego com vínculos precários, na sua grande maioria ilegais, como é o exemplo dos falsos recibos verdes ou a ocupação do posto de trabalho efectivo com contratos temporários.

Temos ainda o brutal aumento do custo de vida, nomeadamente na habitação, agora agravado com a recente alteração à lei dos arrendamentos, que não passa de uma “lei de despejos fáceis” e de aumento das rendas, impedindo assim que os jovens saiam de casa dos pais e que possam constituir família e realizar os seus próprios objectivos.

O ataque aos direitos não fica por aqui, este Governo de direita, ao pretender acabar com as funções e responsabilidades sociais do Estado, tão necessárias à população, condiciona o acesso à saúde, à habitação, à educação, à alimentação e muito mais.

Os Jovens trabalhadores, estão aqui hoje na Praça de Camões, porque não se conformam nem aceitam estas políticas de direita que nos tentam impor, sim que nos tentam impor, porque apesar de nos quererem mentalizar e convencer que estas medidas são inevitáveis e que até já estão em vigor, nós dizemos não! Estas políticas não servem os trabalhadores nem o País, servem apenas o grande capital, os grandes senhores do dinheiro, aqueles monopolistas desenfreados e que em nome da ganância nos querem explorar e pôr na miséria. Os jovens trabalhadores não aceitam esta política nem este pacto de exploração e empobrecimento, não aceitamos que nos retirem os nossos direitos, que foram conquistados por gerações lutadoras, que não queriam que nós vivéssemos sem trabalho, sem casa, sem educação e sem pão.

Perante esta realidade imposta por uma política de agressão, de roubo nos salários e de tentativa de corte geracional nos direitos, Perante uma política de intensificação do desemprego, da precariedade, da injustiça e de incentivo ao abandono do país, no dia 28 de Março, assinalou-se o dia nacional da juventude, dia em que os jovens portugueses há 65 anos decidiram enfrentar de forma corajosa o fascismo e assumir nas suas mãos os destinos das suas vidas e luta que nós, os jovens saudamos e iremos sem vacilar dar continuidade.

Temos o direito de estar sindicalizados, de intervir activamente dentro dos nossos locais de trabalho, travando a eliminação e violação de garantias e direitos laborais e sociais, exigindo a resolução dos problemas que enfrentamos todos os dias e rejeitando as medidas que têm conduzido à destruição da nossa vida.

Porque este país também é para jovens, afirmamos:

- Um forte combate à precariedade e ao desemprego, pelo trabalho digno com direitos!
- A exigência de que a um posto de trabalho permanente, corresponda um vínculo de trabalho efectivo, rejeitando as propostas deste governo que promovem a precariedade ao incentivarem a contratação a prazo através do financiamento dos salários com dinheiros públicos.
- A exigência de horários de trabalho dignos que nos permitam ter uma vida pessoal, rejeitando a imposição do banco de horas, o trabalho gratuito durante os dias de folga e os feriados, a redução em 50% do pagamento do trabalho extraordinário e a eliminação dos descansos compensatórios.
- Reafirmamos a importância do aumento real dos salários, nomeadamente, a actualização do salário mínimo nacional, começando com a proposta de aumento de 1 euro por dia.
- Participaremos, trazendo mais amigos, nas comemorações do 25 de Abril e na grande jornada de luta e afirmação que é o 1º de Maio denunciando as injustiças, mostrando assim que estamos disponíveis com força, vontade, conhecimento e criatividade suficiente para ajudar a construir um país com futuro.

“Não desarmamos” porque temos o direito de exigir uma vida melhor, temos o dever de rejeitar um conjunto de medidas que nos empobrecem e atacam a soberania do nosso país, destruindo a nossa produção, o acesso aos serviços públicos e aos direitos mais básicos como o Trabalho, a Habitação, a Cultura, a Educação e a Saúde.

Manifestação de Jovens Trabalhadores, 31 de Março, Lisboa

Agenda Ecolojovem

18 e 19 de Maio - XII Convenção do Partido Ecologista «Os Verdes», Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa

27 a 29 de Julho - Acampamento pela Paz, Barragem do Maranhão, em Avis

22 a 26 de Agosto - Acampamento da Ecolojovem «Os Verdes», em Braga

ECOLOJÓVEM

OS VERDES

Rua Borges Carneiro, nº 38 - R/C Esq. - 1200-619 Lisboa

Tel: 213 960 308 - Fax: 213 960 424

Email: ecolojovem@osverdes.pt

Blogue: ecolojovem@osverdes.pt

Site: www.osverdes.pt



- Desejo aderir à Ecojovem "Os Verdes"
- Desejo participar em iniciativas de "Os Verdes" / Ecojovem "Os Verdes"
- Desejo receber regularmente a folha informativa de "Os Verdes"
- Desejo receber regularmente o Eco-Boletim - "Os Verdes"

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Localidade _____

Data de Nascimento _____ Telef. _____

Email _____

Preencher em letras maiúsculas e enviar para a nossa sede nacional. Os dados serão sigilosamente processados.

Na área da Educação e Juventude, o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" apresentou na actual legislatura:

Perguntas ao Governo sobre:

- Estudantes universitários com dificuldades de pagamento
- Vinculação de professores contratados
- Conservatórios e escolas de música do Alentejo
- Compensação por caducidade de contrato de professores contratados
- Condições de degradação da Escola Dr. Rui Grácio, em Montelavar, Sintra
- Encerramento Centros Novas Oportunidades
- Pagamento por disponibilidade de espaço para terapia na Escola Vasco da Gama, Lisboa
- Número de alunos por turma

Projecto de lei que altera o Código da Publicidade, no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens.

Projecto de lei que altera o DL nº55/2009, 2 de Março, de modo a contemplar o fornecimento de pequeno-almoço nos apoios alimentares escolares.

Projecto de Resolução sobre a discussão pública da reorganização curricular.

Projecto de Resolução sobre a suspensão imediata do encerramento dos Centros de Novas Oportunidades.

Consulte este e outros
Ecoboletins em
www.osverdes.pt